



PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ - JAPUÍ: UMA ANÁLISE CRÍTICA

M.K. FONTES

I.A. LAURINO; D.G. GALLO; A.L. PARDAL - SOUZA

UNESP Univ Estadual Paulista, Campus Experimental do Litoral Paulista - Pça. Infante Dom Henrique, s/n. - CEP 11330 - 900 - São Vicente (SP). mayanakf@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Parque Estadual Xixová - JapuÍ (PEXJ) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) criado em 1993 (São Paulo, 1993). Trata - se de um fragmento de Mata Atlântica localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), tendo sido criado com finalidade de preservação deste remanescente, inserido em meio extremamente urbanizado, sob constante ação de impactos resultantes da ocupação urbana, atividades portuárias e industrialização (Rocha *et al.*, 2010). Além disso, é uma área estratégica de comunicação entre a Serra do Mar e a zona costeira, constituindo um trampolim ecológico e área de nidificação para aves migratórias (Lau, 2008). Devido à importância do PEXJ e o contexto em que se insere, foram traçadas algumas normativas que visam regularizar as atividades desenvolvidas no entorno e no interior deste, as quais estão dispostas no seu Plano de Manejo (São Paulo, 2010). No entanto, sabe - se que existem atividades conflitantes que ameaçam a integridade do Parque como Unidade de Proteção Integral.

OBJETIVOS

O presente trabalho teve por objetivo analisar os aspectos internos e externos que ameacem ou conflitam com a existência do PEXJ, bem como identificar aqueles que o caracterizam positivamente.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram realizadas 25 visitas ao parque, entre 2009 e 2011, através das trilhas de acesso público (trilha dos

surfistas e do curtume), como também na sede da Unidade, o que foi possível através de autorização prévia da gestão, uma vez que tal região é de acesso restrito. O método baseou - se principalmente na abordagem observacional descritiva, privilegiando o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território, de modo que a paisagem ali observada é fruto da interação da sociedade com a natureza, de acordo com Metzger (2001). Além disso, as atividades e aspectos que descaracterizam o local, bem como aqueles que o caracterizam como UCPI foram registradas por meio de fotografia (câmera digital Sony DCS - S1900 10.1 MP).

RESULTADOS

A partir das visitas, os seguintes elementos positivos, característicos de áreas naturais protegidas, foram documentados: um dos mais conservados fragmentos de Mata Atlântica da RMBS; uma praia arenosa rodeada por costões rochosos (Itaquitanduva), que se apresenta como um importante local para o desenvolvimento de pesquisa científica e educação ambiental, além de estímulo ao ecoturismo. No entanto, também foram observados diversos aspectos negativos, listados a seguir: ocupação imobiliária irregular, o que não condiz com a categoria da UC, conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Brasil, 2000); falta de lixeiras e placas de sinalização para turistas; trilhas em más condições de conservação, com alguns pontos de risco para visitantes, conforme detalhado no estudo de Rocha *et al.*, (2010); ocorrência de lixo nas praias e ao longo das trilhas; falta de agentes da polícia ambiental e/ou guarda - parques, exceto na sede da Unidade,

onde há uma concentração destes; criação de animais domésticos dentro do limite do Parque, o qual não é evidente, assim como sua zona de amortecimento. Das ameaças internas do PEXJ, destaca - se a existência de ocupação humana irregular, fato comum a outras UCs (p. ex., Parque Estadual da Serra do Mar), como apontado por Oliveira (2006). Estes moradores realizam caça, extração de produtos vegetais (palmito, frutos e flores) e pesca dentro dos limites da Unidade. Além disso, a presença de índios no Parque, os quais se assentaram posteriormente à sua criação, representa uma grande problemática à gestão do mesmo. Segundo Pozo (2009), dos conflitos registrados pela polícia ambiental durante fiscalizações, 80% estavam relacionadas à presença dos indígenas, havendo um impasse jurídico, entre a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sobre a permanência ou não destes nessa UC. A atitude adequada frente às restrições de uma UCPI, em relação à ocupação ilegal, seria a desapropriação, indenização e realocação das populações residentes, conforme SNUC. Entretanto, enquanto estas permanecerem neste local, uma medida interessante, visando a minimização dos impactos negativos provocados, seria a implantação de um programa de conscientização para o uso sustentável dos recursos do Parque, permitindo assim a existência desses habitantes com maior compatibilidade aos objetivos da UC. De modo geral, as principais ameaças externas identificadas incluem a pressão antrópica proporcionada pelos bairros de entorno, potencializada pela falta de fiscalização nos limites do Parque. Este fator desencadeia a ocorrência de lixo na parte interna deste, além de riscos à vegetação em regeneração e/ou à mata conservada. Além disso, há também ameaça à fauna local, em função da facilidade de atividades de caça nas regiões internas da Unidade. Uma solução para estes problemas seria a implantação de um sistema de fiscalização adequado, necessitando da presença mais distribuída de funcionários do Parque e da polícia ambiental em toda sua extensão, bem como a realização de estudos de capacidade suporte das áreas onde há programas de uso público.

CONCLUSÃO

Apesar de todos os problemas relatados, o PEXJ possui diversas características positivas, as quais podem

ser aproveitadas de maneira produtiva. As belas praias e as trilhas poderiam ser utilizadas para programas de ecoturismo e educação ambiental. Para que a trilha ecológica seja viabilizada para o uso público em conformidade com os objetivos da Unidade, outros setores devem ser recuperados ou modificados, e estruturas de apoio devem ser implantadas. Com a adoção de infra-estrutura completa para o recebimento de visitantes, fiscalização efetiva, com base na capacidade suporte do ambiente, o Parque poderá constituir um importante local para recreação e educação ambiental na Baixada Santista.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. 2000. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC. Brasília, DF, 23p. LAU, M.C. 2008. Parque Estadual Xixová - Japuí: Análise do Relacionamento com a População de Entorno (Bairro Japuí). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista - Campus Experimental do Litoral Paulista Unidade de São Vicente. São Vicente, SP. METZGER, J.P. 2001. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, 1 (1):2,1 - 9. OLIVEIRA, F.B.R. 2006. Estratégia de informação para Gestão de Unidades de Conservação. Monografia (Bacharel em Ciências Biológicas), Universidade Estadual Paulista Campus Litoral Paulista - São Vicente. POZO, H.V. 2009. Análise das atividades conflitantes no Parque Estadual Xixová - Japuí e no Parque Estadual Marinho Laje de Santos. Monografia (Bacharel em Ciências Biológicas), Universidade Estadual Paulista Campus Litoral Paulista - São Vicente. ROCHA, F., BARBOSA, F.P., & ABESSA, D.M.S. 2010. Trilha ecológica como instrumento de Educação Ambiental: estudo de caso e proposta de adequação no Parque Estadual Xixová - Japuí (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 3(3): 478 - 497. SÃO PAULO (Estado). 1993. Decreto Estadual Nº 37.536. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual Xixová - Japuí e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 27 de Setembro de 1993, São Paulo, SP. SÃO PAULO (Estado). 2010. Secretaria do Meio Ambiente - Parque Estadual Xixová - Japuí Plano de Manejo. Fundação Florestal, São Paulo, 572p.